

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

### **ASSESSORAMENTO E DEFESA DE DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS**

**PERÍODO: Ano 2017**

**Natal-RN, junho de 2018**

## SUMÁRIO

<b>Nº</b>		<b>Pág.</b>
	APRESENTAÇÃO.....	03
1.	Dados da Entidade.....	05
2.	Projetos, Atividades, Serviços.....	07
3.	Público Alvo.....	17
4.	Capacidade de atendimento.....	17
5.	Dia/Horário/Periodicidade.....	18
6.	Infraestrutura disponível.....	18
7.	Recursos humanos envolvidos.....	19
8.	Abrangência territorial .....	20
9.	Resultados Obtidos.....	22
10.	Origem dos Recursos.....	35
11.	Gratuidade dos serviços prestados.....	37
12.	Forma de participação dos beneficiários.....	37
13.	Parcerias.....	38
	ANEXOS	
	Glossário de Siglas.....	41

## APRESENTAÇÃO

O Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC – criado em 13 de abril de 1993, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, desde agosto de 2012 (*Portaria 717 de 10/08/2012, publicada no DOU de 14/08/2012*), com atuação preponderante na área de assistência social. Presta assessoria ao público da assistência social, de forma continuada, permanente, planejada e **gratuita**, por meio de serviços e projetos voltados para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, como também atua na defesa e garantia de direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social (Lei 8.742/93 – art. 3º §§ 2º e 3º).

A atuação do SEAPAC está centrada em três territórios do Estado do RN: Seridó, Trairi e Alto-Oeste, onde as atividades são desenvolvidas de forma permanente e contínua, dispondo de escritórios localizados em Caicó (Seridó), Pau dos Ferros (Alto-Oeste) e Santa Cruz (Trairi), com pessoal e infraestrutura adequadas para o desenvolvimento das atividades.

Em 2017 suas ações abrangeram diretamente 23 municípios do RN. Em todos estes municípios as atividades, serviços, programas e projetos desenvolvidos pelo Seapac estão cadastrados nos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social. Em Caicó, onde realiza suas principais atividades, o Seapac está cadastrado no Conselho Municipal de Assistência Social, como também na Rede Socioassistencial do SUAS/CNEAS, em conformidade com o art. 3º e § 1º do Decreto nº 6.308 de 14/12/2007; do art. 4º da Resolução do MDS nº 16 de 05/06/2010; art. 20 da Lei nº 12.101 de 27/11/09; e art. 40 do Decreto nº 8.242 de 23/05/14.

As ações estão delineadas por meio de 04 Grandes Linhas de atuação: Convivência com o Semiárido; Fortalecimento das Organizações e Fóruns da Sociedade Civil; Intervenção direta em Políticas Públicas e defesa de direitos; e Sustentabilidade Institucional, tendo como espaço de atuação o Território Potiguar, incluindo preponderantemente o público residente no meio rural, e, também, populações urbanas, em situação de risco e vulnerabilidade social.

A concentração das ações e atividades está nas áreas rurais que se justifica, principalmente, pela presença de alto índice de pobreza e desproteção social, incluindo a renda baixa, a inserção precária no mercado de trabalho formal e informal, presença de áreas isoladas, dispersas e de difícil acesso, “sendo fundamental atividades que fortaleçam o acesso à Rede socioassistencial, às demais

políticas públicas, serviços e programas sociais, o desenvolvimento de capacidades, habilidades e de autonomia no mundo laboral, de forma a garantir a autonomia dos usuários e a vivência cidadã no seus territórios”, conforme estabelece a NOTA TÉCNICA Nº 03/2017/DRSP/SNAS/MDS, que trata da “Orientação Técnica acerca da caracterização e reconhecimento pelo Sistema Único de Assistência Social de atividades e serviços executados por entidades beneficentes de assistência social com atuação no Meio Rural”.

O presente relatório tem por objetivo apresentar as atividades realizadas pelo Seapac, em 2017, destacando: as finalidades estatutárias; objetivos; origem dos recursos; infraestrutura disponível; identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício sociassistencial executados, público alvo, capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e, por fim, as estratégias de participação dos beneficiários nas etapas da execução, planejamento, avaliação e monitoramento das ações.

Os resultados obtidos em 2017 são reflexos do esforço do Seapac, em parceria com os Grupos de Base e outras organizações da sociedade civil, para estimular o desenvolvimento integral e sustentável das comunidades rurais e as Redes de organizações da sociedade civil, por meio de assessoria, formação político-cidadã, promoção e defesa dos direitos sociais, através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos.

As ações promovidas pelo Seapac visam, prioritariamente, possibilitar meios para a convivência com o semiárido potiguar, com dignidade e vida em abundância para homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social e pessoal, em consonância com seus objetivos institucionais.

## 1. DADOS DA ENTIDADE:

### NOME DA ENTIDADE:

Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC

### CNPJ:

70.035.209/0001-76

### ENDEREÇO COMPLETO:

Rua Trajano Murta – Natal-RN – CE, 3317 – Candelária – Natal-RN - CEP: 59065-290 (Sede)

### FINALIDADE DA ENTIDADE:

A finalidade precípua do Seapac é ***promover a defesa e a garantia dos direitos sociais, individuais homogêneos, difusos e coletivos, das populações socialmente vulneráveis, capacitando-as para o exercício da cidadania e a intervenção qualificada nos espaços de decisão, controle e efetivação das políticas públicas. (Art. 1º - §3º - do Estatuto do SEAPAC).***

### Art.3º - São fins sociais específicos do SEAPAC:

- I - Promover e apoiar iniciativas de defesa e garantia de direitos de populações em situação de vulnerabilidade e risco social;
- II - Prestar assessoria política, técnica, administrativa e em educação financeira a movimentos e grupos populares e a organizações sociais, capacitando-os para a intervenção qualificada nos espaços de proposição, controle e efetivação das políticas públicas;
- III – Intervir nos espaços de decisão e controle social das políticas públicas;
- IV – Incentivar a agricultura familiar e suas organizações representativas;
- V – Apoiar a produção familiar através de parcerias, assistência técnica e extensão rural, na perspectiva de gestão de conhecimento, possibilitando o acesso ao crédito e informações sobre os mercados, visando aumentar e melhorar a produção e a produtividade, a viabilização do intercâmbio de seus produtos, a preservação do meio ambiente e incentivando os produtores na conquista das políticas públicas;
- VI – Apoiar iniciativas que favoreçam a segurança e soberania alimentar e nutricional;
- VII – Promover a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente, fomentando o desenvolvimento integral sustentável das comunidades e a geração de renda;
- VIII – Trabalhar pela promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, equidade de gênero, geração, raça e etnia, e de outros valores universais;
- IX – Fortalecer o desenvolvimento e a articulação de iniciativas de Economia Popular Solidária;



**X** – Contribuir para o desenvolvimento de estratégias de convivência com os biomas e seus ecossistemas, preservando e defendendo os Territórios dos povos e comunidades tradicionais, apoiando, desenvolvendo e executando reaplicação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido;

**XI** – Promover e incentivar o uso de energias renováveis não poluentes, sob a gestão das organizações comunitárias;

**XII** - Fortalecer as iniciativas de convivência com o semiárido a partir da construção dos conhecimentos da agroecologia, gestão e reuso das águas e seus múltiplos usos, e educação contextualizada, na perspectiva de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas, prevenção e combate à desertificação;

**XIII** – Trabalhar pela conservação do ambiente natural, incluindo a fauna, flora, paisagem, água, solo, ar e outros recursos naturais, com particular ênfase na manutenção e preservação dos agroecossistemas e na garantia de que a utilização de espécies ou ecossistemas seja sustentável;

**XIV** – Apoiar e participar de **Redes** de articulação da sociedade civil organizada e movimentos sociais que lutam em defesa e promoção de direitos, mobilizações, conquista e controle social das políticas públicas;

**XV** – Auxiliar e manter intercâmbio e realizar trabalhos com entidades congêneres;

**XVI**- Apoiar iniciativas de habitação rural popular a partir do diálogo e da dimensão cultural das famílias envolvidas;

**XVII** - Valorizar a dimensão da comunicação como expressão dos saberes popular e acadêmico, na perspectiva da transformação social.

**§Único** - O **SEAPAC** promove atividades para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, de forma continuada, permanente, planejada e gratuita, mediante a execução de atividades de assessoramento e defesa dos direitos dos beneficiários abrangidos pela Lei 8.742/1993, combinado com as Leis 12.101/2009 e 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, em consonância com o desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

## 2. PROJETOS, ATIVIDADES, SERVIÇOS:

---

O Planejamento Estratégico do SEAPAC – que compreende o período de 2013 a 2018 – é o referencial para todos os seus programas, projetos e ações desenvolvidas. Desse planejamento macro, elaborou-se o Programa de Formação e Assessoria em Desenvolvimento Sustentável no Rio Grande do Norte, para o triênio 2016 a 2018, o qual congrega projetos, serviços e ações, perpassando por quatro grandes linhas de Ação, que se complementam entre si:

- ✓ Linha 1 - Convivência com o Semiárido;
- ✓ Linha 2 - Fortalecimento de Organizações e Fóruns da Sociedade Civil
- ✓ Linha 3 - Intervenção Direta do Seapac em Políticas Públicas e Defesa de Direitos
- ✓ Linha 4 – Sustentabilidade Institucional<sup>1</sup>

Abaixo, destacam-se cada Programa, Projeto, Ações/Atividade e Serviços realizados pelo Seapac, em 2017, nos Territórios do Trairi, Seridó e Alto-Oeste do Rio Grande do Norte:

### **a) PROGRAMA DE FORMAÇÃO E ACESSORIA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO RIO GRANDE DO NORTE - TRIÊNIO 2016 A 2018:**

O Programa de Formação tem como principal área de referência o Semiárido do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo 03 Territórios: Trairi, Alto-Oeste e Seridó. Nessas áreas são realizadas – de forma contínua, planejada e gratuita - ações de acompanhamento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, junto a comunidades, agricultore/s familiares, fóruns municipais de associações e fóruns microrregionais de organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, o Seapac implementa ações diretas – enquanto ator social – em espaços territoriais, regionais e nacionais, para facilitar o acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis a políticas públicas, direitos e seu pleno exercício da cidadania.

O Objetivo é contribuir para que setores populacionais que vivem em situação de vulnerabilidade social, no campo e na cidade, sejam protagonistas na proposição, conquista e acesso de direitos e políticas públicas, investindo na organização e articulação da sociedade civil, no diálogo com o Estado e na construção de amplas parcerias, implementando processos educativos e socioambientais, na perspectiva de uma sociedade solidária, democrática, justa e sustentável.

É nesse contexto que o Seapac atua por meio de processos socioeducativos, contribuindo, articulando, mobilizando e organizando agricultores familiares, ainda excluídos dos direitos de viver e produzir na terra e de acessar políticas públicas de inclusão produtiva, socioeconômica e política.

---

<sup>1</sup> Esta Linha é dedicada ao Desenvolvimento Institucional – abrangendo a formação da equipe; processos de PMAS; Mobilização de Recursos; Gestão Administrativo-financeira da Entidade.

Neste programa, a metodologia adotada abrange quatro principais etapas:

- **Investimento na formação integral de sujeitos individuais e coletivos**, na constituição de protagonistas suficientemente autônomos e capazes de agir coerentemente em todas as esferas da vida pessoal e social, a partir de fundamentos ético-políticos, condizentes com os valores e a utopia de uma sociedade justa, fraterna e solidária;
- **Promoção e apoio a processos pedagógicos** em que a prática e a teoria se retroalimentem permanentemente;
- **Fortalecimento de dinâmicas sociais atuais**, por meio de redes, fóruns e articulações. Tais mecanismos deverão propiciar o diálogo entre sociedade civil e Estado, na promoção do desenvolvimento sustentável, apoio e participação ativa pela constituição de esferas públicas locais, regionais e estaduais, que – por sua vez - ampliem e aprimorem o acesso, conquista e controle de políticas públicas pelos grupos socialmente vulneráveis;
- **apoio e orientação aos atores sociais para a constituição e o fortalecimento de organizações formais e informais de trabalhadores rurais e urbanos**, tendo como referência os princípios da democracia, solidariedade, participação comunitária e ética na condução dos grupos de base, na busca de soluções para seus problemas, com especial atenção à integração de jovens e mulheres nesses espaços, respeitando e valorizando questões, visões e necessidades específicas.

Abaixo, apresentamos as principais ações/atividades realizadas em 2017, por meio do Programa de Formação e Assessoria, a partir das Linhas de Atuação do Seapac:

LINHA 1 – CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO			
AÇÕES/ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS EM 2017	OBJETIVO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA TERRITÓRIO/MUNICÍPIO	Nº DE PESSOAS/FAMÍLIAS/GRUPOS ATENDIDOS EM 2017
<b>Acompanhamento e assistência técnica a Unidades Produtivas Familiares – UPFs:</b> * Mapeamento e diagnóstico das famílias; * Reuniões de mobilização e sensibilização para produção em transição agroecológica; * Capacitação das famílias em agroecologia; defensivos naturais; economia solidária; comercialização; convivência com o semiárido; apicultura; etc.;	Estimular o desenvolvimento integral sustentável de comunidades e famílias de agricultores familiares, na perspectiva da soberania e segurança alimentar e da geração de trabalho de renda;  Favorecer a inserção das famílias no mundo do trabalho e a inclusão da produção em espaços de comercialização, visando à melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias;	<b>Território Trairi:</b> Município de Lajes Pintadas;  <b>Território Seridó:</b> Caicó; Lagoa Nova; Cerro Corá; e São João do Sabugi;	67 famílias  (Unidades Produtivas da Agricultura familiar)



<ul style="list-style-type: none"> <li>* Visitas técnicas de orientação ao processo produtivo e à comercialização;</li> <li>* Implantação de tecnologias de reúso de águas cinzas para a produção em quintais;</li> <li>* Dias de campo com atividades práticas de manejo do solo, produção de defensivos naturais, técnicas de cultivos; troca de sementes nativas, etc;</li> <li>* Intercâmbios para troca de experiências e saberes entre as famílias;</li> <li>* Oficinas sobre cultivo da palma forrageira e o combate a pragas;</li> <li>* Reuniões de Monitoramento, Avaliação e Planejamento com as famílias</li> </ul>	<p>Potencializar o desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade de autogestão, na perspectiva da economia solidária.</p>	<p><b>Territ. Alto-Oeste:</b> Encanto; São Miguel; Patu; Messias Targino</p>	
---	---	--	--

**LINHA 2 - FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES E FÓRUNS DA SOCIEDADE CIVIL**

AÇÕES/ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS EM 2017	OBJETIVO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA TERRITÓRIO/MUNICÍPIO	Nº DE PESSOAS/FAMÍLIAS/GRUPOS ATENDIDOS EM 2017
<p><b>Acompanhamento e Assessoramento político, técnico, administrativo e formação político-cidadã de Organizações da Sociedade Civil</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Reuniões de Mobilização e Sensibilização para a organização Comunitária e a participação em Espaços de Controle Social;</li> <li>* Oficinas de formação político-cidadã; políticas públicas; controle social; etc;</li> <li>* Reuniões bimestrais para acompanhamento e assessoramento em temáticas diversas;</li> <li>* Audiências Públicas para reivindicação de direitos, políticas e serviços para o desenvolvimento das comunidades e famílias;</li> <li>* Encontros com gestores de políticas públicas para apresentação de reivindicações dos Fóruns de associações;</li> <li>* Assessoria técnico-administrativo, financeira e organizacional às associações rurais;</li> <li>* Palestras formativas;</li> <li>* Fomento da participação das lideranças em programas radiofônicos</li> </ul>	<p>Promover o acesso a conhecimentos, meios, recursos e metodologias direcionadas ao aumento da participação social e ao fortalecimento do protagonismo de organizações da sociedade civil na vivência da cidadania e no exercício dos seus direitos, qualificando e ampliando a capacidade de intervenção nos espaços de participação democrática, para proposição, acesso e controle de políticas públicas;</p>	<p><b>Território Trairi:</b> Lajes Pintadas; Campo Redondo; Jaçanã; e Santa Cruz.</p> <p><b>Território Seridó:</b> Caicó; Lagoa Nova; Cerro Corá; e Tenente Laurentino Cruz.</p> <p><b>Territ. Alto-Oeste:</b> Encanto; São Miguel; Patu; e Messias Targino</p>	<p>12 Fóruns Municipais de Associações Rurais</p>

**Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários - SEAPAC**

CNPJ: 70.035.209/0001-76 | Endereço: Rua da Conceição, 615 – 1º andar - Cidade Alta

CEP: 59.025-270 - Natal-RN - Brasil

Site: [www.seapac.org.br](http://www.seapac.org.br) – E-mail: [seapac.estadual@seapac.org.br](mailto:seapac.estadual@seapac.org.br) – Telefone: 055 (84) 3211-4491

<p>locais, para disseminação de informações e mobilização social;</p> <p>* Apoio e fortalecimento das lutas em defesa de direitos coletivos, protagonizadas pelas lideranças organizadas;</p> <p>* Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento</p>			
---	--	--	--

LINHA 3 - INTERVENÇÃO DIRETA DO SEAPAC EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA DE DIREITOS			
AÇÕES/ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS EM 2017	OBJETIVO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA TERRITÓRIO/MUNICÍPIO	Nº DE PESSOAS/FAMÍLIAS/GRUPOS ATENDIDOS EM 2017
<p><b>a) Participação e Incidência Direta em Conselhos de Políticas Públicas e de Controle Social:</b></p> <p>* Participação e incidência em reuniões, assembleias, conferências e encontros de Conselhos de Políticas Públicas;</p> <p>* Visitas de acompanhamento e controle social aos estabelecimentos de prestação de assistência social, em nível municipal, visando à garantia da qualidade e universalidade dos serviços aos usuários;</p> <p>* Visitas de articulação com os conselhos municipais de assistência social dos municípios onde o Seapac possui atuação, objetivando à validação e visibilidade da sua ação de assistência social, defesa de direitos e acompanhamento, realizada junto aos grupos e famílias locais;</p> <p>* Proposição e encaminhamento de construção de canais para facilitar a participação dos usuários e o controle social da política de assistência social e a integração com outras políticas públicas.</p> <p>* Orientação sociojurídica a Conselhos de políticas públicas na elaboração de instrumentos e documentos oficiais, em acordo com a legislação vigente.</p>	<p>Intervir diretamente na proposição, mediação e controle de políticas públicas, para a criação e consolidação de canais, espaços e instrumentos que facilitem a promoção e garantia dos direitos fundamentais de Grupos e populações mais vulneráveis</p>	<p>Estado do RN</p> <p><b>Território Seridó:</b> Caicó; Lagoa Nova; e Jucurutu</p>	<p>02 Conselhos Estaduais de Políticas Públicas (Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural Sustentável)</p> <p>02 Conselhos Municipais de Políticas Públicas (Saúde e Assistência Social)</p>

LINHA 3 - INTERVENÇÃO DIRETA DO SEAPAC EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA DE DIREITOS			
AÇÕES/ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS EM 2017	OBJETIVO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA TERRITÓRIO/MUNICÍPIO	Nº DE PESSOAS/FAMÍLIAS/GRUPOS ATENDIDOS EM 2017
<p><b>b) Participação e incidência em espaços democráticos da sociedade civil organizada</b></p> <p>* Assessoria, acompanhamento e mediação de conflitos de usuários de águas da Bacia Hidrográfica Piancó/Piranhas/Açu, visando a garantia justa do direito ao acesso à água para consumo humano e produtivo;</p> <p>* Capacitação de usuários de águas para uso e manejo sustentável dos recursos hídricos;</p> <p>* Participação na elaboração e execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu;</p> <p>* Participação e incidência política em reuniões, assembleias, conferências e encontros de espaços da sociedade civil;</p> <p>* Participação em reuniões, encontros e assembleias para discutir, propor, negociar, encaminhar e assegurar políticas e projetos para a agricultura familiar e a convivência com o semiárido;</p> <p>* Orientação sociojurídica a Organizações da sociedade civil, na elaboração de documentos oficiais de acordo com a legislação vigente.</p>		<p>Estado do RN</p> <p>Estado do RN Território do Trairi RN</p>	<p>01 Comitê da Bacia Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu<sup>2</sup></p> <p>Redes de Articulação da Sociedade Civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ASA Brasil</li> <li>• ASA Potiguar</li> <li>• Fórum Microrregional da ASA Trairi<sup>3</sup></li> </ul>

<sup>2</sup> A **bacia hidrográfica do rio Piranhas – Açu** abrange um território de 42.900 km<sup>2</sup> distribuído entre os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, onde vivem aproximadamente 1.552.000 mil habitantes. O Comitê é um instrumento colegiado, inteiramente novo na realidade de gestão compartilhada das águas, com imensa complexidade no que tange os interesses sociais, geopolíticos, econômicos, ambientais, culturais e de uso dos recursos hídricos. Tem uma composição paritária e conta com a participação de usuários, sociedade civil organizada, representantes de governos municipais, estaduais e federal.

<sup>3</sup> A **ASA** é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA).

LINHA 3 - INTERVENÇÃO DIRETA DO SEAPAC EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA DE DIREITOS			
AÇÕES/ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS EM 2017	OBJETIVO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA TERRITÓRIO/MUNICÍPIO	Nº DE PESSOAS/FAMÍLIAS/GRUPOS ATENDIDOS EM 2017
<p><b>c) Prestação de serviços de assessoria política e sociojurídica para promoção e defesa de direitos</b></p> <p>* Visitas e atendimento sociojurídico a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, vítimas de violência, violação e negação de direitos;</p> <p>* Encaminhamento e acompanhamento de casos de negação e violação de direitos aos órgãos competentes, para garantia do acesso ao direito pelo/a usuário/a;</p> <p>* Assessoria política, organizacional, jurídica e assistencial a movimentos populares, Associações Rurais, na defesa e garantia de seus direitos;</p> <p>* Assessoria técnica e mediação de conflitos para assegurar e legitimar as lutas e acesso a direitos de populações e comunidades tradicionais;</p> <p>* Visitas a órgãos públicos que atuam na assistência e defesa dos direitos da mulher: Ministério Público, Vara Criminal, Conselho municipal dos direitos da mulher e movimento de mulheres de Caicó, para conhecimento das condições de funcionamento dos serviços prestados, visando à articulação de parcerias futuras, tendo como foco as mulheres vítimas de violência e de negação de direitos constitucionais, no município de Caicó;</p>	<p>Promover a defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos.</p>	<p><b>Território Seridó e Trairi:</b></p> <p>Jucurutu</p> <p>Caicó e Lagoa Nova</p> <p>Caicó, Lajes Pintadas e Campo Redondo</p>	<p>01 Movimento das famílias atingidas pelas obras da Barragem Oiticica<sup>4</sup></p> <p>17 Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social</p> <p>04 Associações Rurais</p>

<sup>4</sup> A **Barragem de Oiticica** trata-se de um grande reservatório de água em construção no Estado do RN, que atenderá a 17 municípios das regiões Central, Seridó e Vale do Açu. A obra está sendo construída sobre o rio Piranhas-Açu, entre os municípios de Caicó e Jucurutu. O projeto prevê a construção da obra física da barragem, indenizações rurais e urbanas, construção da nova comunidade Barra de Santana, com 230 moradias e equipamentos comunitários e públicos. O reservatório terá capacidade de armazenar 556 milhões de metros cúbicos de água, possibilitando o abastecimento para mais de 2 milhões de pessoas, e irrigação para atender até 6 mil ha para agricultura familiar, de base agroecológica. Além disso, promoverá a segurança hídrica com uma rede de adutoras interligando 17 municípios. **A luta do Movimento dos Atingidos é pela garantia de direitos sociais, culturais, ambientais e econômicos dos agricultores dos municípios de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas, e moradores da comunidade Barra de Santana, reunindo em torno de mil famílias.**

* Reuniões de articulação com serviços de assistência social (CREA/CRAS), para discutir alternativas de atendimento, acompanhamento e encaminhamento de casos de violação e negação de direitos, identificados em comunidades rurais.			
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>	<b>Contrato Nº 233-920-1012 ZG - SEAPAC/KZE-MISEREOR ALEMANHA</b>		
<b>VIGÊNCIA</b>	<b>Vigência: 1º/04/16 a 31/03/19</b>		
<b>VALOR CONTRATADO:</b>	EUR 865.000,00 (R\$ 3.253.631,00) <sup>5</sup>		
<b>VALOR EXECUTADO EM 2017:</b>	R\$ 925.505,87		

## b) PROJETO DE CISTERNAS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO – P1MC:

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), é uma política pública de assistência social, apoiada pelo MDS desde 2003 (instituído pela Lei Nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto Nº 8.038/2013), tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Em mais de uma década, o acesso à água de beber no Semiárido virou uma política de governo e passou a ter recursos previstos no Orçamento Geral da União. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) reconhece e legitima as cisternas do P1MC como elemento de segurança hídrica e alimentar.

O público do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais. Para participarem, as famílias devem necessariamente estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo o semiárido brasileiro a região prioritária do programa. Para essa região, o programa está voltado à estruturação das famílias para promover a convivência com a escassez de chuva, característica do clima na região, utilizando principalmente a tecnologia de cisternas de placas, reservatórios que armazenam água de chuva para utilização nos oito meses de período mais crítico de estiagem na região.

Em 2017 o SEAPAC, como Unidade Gestora da ASA Brasil/Potiguar, executou o contrato Nº 013/14 – em parceria com a Secretaria de Estado, Trabalho, Habitação e Assistência Social do RN – SETHAS, cujo objetivo é instalar cisternas de 16 mil litros de água, para captação de água potável para consumo humano, instaladas ao de casas das famílias rurais.

A metodologia de implementação empregada pelo programa é o de Tecnologia Social, ou seja, é implementado em interação direta com a população diretamente beneficiada, envolvendo técnicas e metodologias apropriadas. Para isso a implementação prevê as seguintes etapas:

<sup>5</sup> O valor estimado em Reais é com base no valor cambial 1 EUR = R\$ 3,80

- **Mobilização social** - é o processo de escolha das comunidades envolvidas e mobilização das famílias que serão contempladas, realizado pela entidade executora com a participação de instituições representativas da localidade;
- **Capacitação** - é a fase do projeto que caracteriza as tecnologias implementadas pelo Programa Cisternas como “tecnologias sociais”, afinal, estimula-se o envolvimento dos beneficiários por meio da realização de capacitações específicas. Tais capacitações são realizadas valorizando a organização comunitária existente, com proposta pedagógica adequada, voltada à educação popular. Os materiais didáticos utilizados são produzidos com linguagem simples e ilustrações, favorecendo a compreensão dos processos envolvidos;
- **Implementação** – é a fase do projeto que se constrói ou implementa a tecnologia. A mão-de-obra é escolhida preferencialmente na própria comunidade, barateando, assim, custos, gerando oportunidades de trabalho e movimentando a economia local. As famílias beneficiadas e os pedreiros envolvidos são capacitados pelo próprio Programa. Assim o processo de construção e implementação das tecnologias é realizado em regime de cooperação, gerando sentimento de pertencimento, o que promove maior sustentabilidade ao equipamento instalado.

Abaixo, apresentamos as principais ações/atividades realizadas em 2017, por meio do projeto de cisternas – P1MC, a partir da Linha de Convivência com o Semiárido:

LINHA 1 – CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO			
AÇÕES/ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS EM 2017	OBJETIVOS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Nº DE FAMÍLIAS ATENDIDAS EM 2017
<b>Implementação de cisternas de 16 mil litros, para armazenamento de água para consumo humano:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca ativa</li> <li>• Visitas para seleção e cadastro das famílias</li> <li>• 13 Oficinas em Gestão de Recursos Hídricos-GRH</li> <li>• 1 capacitação de cisterneiro/as – com 10 pessoas;</li> <li>• Construção de 295 cisternas de placa, com capacidade de 16 mil litros de água, ao redor das residências familiares</li> </ul>	Desencadear um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, desenvolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual.	32 Comunidades Rurais dos municípios de: Tenente Laurentino Cruz, Santana do Seridó e Jucurutu	295 famílias rurais
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO VIGÊNCIA</b>	<b>Contrato Nº 013/14 - SEAPAC/SETHAS</b> <b>Vigência: 3/06/14 a 31/12/18</b>		
<b>VALOR CONTRATADO:</b>	R\$ 3.297.226,24		
<b>VALOR EXECUTADO EM 2017:</b>	R\$ 740.363,91		

### c) PROJETO CISTERNAS NAS ESCOLAS:

O Projeto Cisternas nas Escolas é uma política pública de assistência social e tem como objetivo levar água para as escolas rurais do Semiárido, utilizando a cisterna de 52 mil litros como tecnologia social para armazenamento da água de chuva. A chegada da água na escola tem um significado especial porque possibilita o pleno funcionamento deste espaço de aprendizado e convivência mesmo nos períodos mais secos.

Em centenas de escolas rurais do País, a falta de água de qualidade, assim como de outros serviços básicos como energia e saneamento básico, são fatores que contribuem para o fechamento das escolas, para a baixa taxa de aprovação e o abandono dos estudos. Segundo o relatório Direito de Aprender, resultado de pesquisa realizada pelo Fundo da Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2009, das 37,6 mil escolas da zona rural da região Semiárida, 28,3 mil não são abastecidas pela rede pública de abastecimento de água.

A chegada da água nas escolas a partir da cisterna, portanto, é fundamental para garantir às crianças o direito à água de qualidade e, conseqüentemente, aumentar a frequência escolar e o desempenho dos/as alunos/as. É também uma maneira de desconstruir o modelo das políticas tradicionais, a partir de uma política de distribuição e partilha da água e do conhecimento, tecendo uma outra história do Semiárido, a história da inclusão.

A metodologia desenvolvida em territórios, começa pela mobilização da sociedade civil, comunidade escolar e poder público municipal para que todos se envolvam numa proposta que vai além de proporcionar à escola uma forma de armazenamento de água da chuva. A proposta é envolver todos esses atores – diretores, professores, alunos, pais, funcionários da escola, prefeitura e secretarias municipais – em torno de uma temática que vai discutir o direito à água de qualidade e o uso sustentável desse bem.

Dentro da sala de aula, a chegada da cisterna na escola possibilita que os conteúdos estudados tenham a ver com a realidade local. Os professores e alunos têm uma oportunidade de debater sobre a questão da água no Semiárido não a partir da perspectiva da escassez e da falta, mas a partir de uma visão crítica sobre a histórica concentração da água, fruto da forte desigualdade social da região e do país. Essa visão crítica também desmistifica a imagem do Semiárido como um local inóspito e sem vida.

A execução do Projeto segue três etapas:

- **Seleção e cadastramento das escolas:**

O objetivo desta atividade é identificar comunidades sem sistemas de abastecimento regular de água potável, com nível alto de semiaridez e grande número de crianças. Essas três informações são critérios para a definição das escolas que serão contempladas pelo projeto. Nesta etapa, busca-se o trabalho conjunto com as comissões municipais – um fórum constituído por um mínimo de três



organizações da sociedade civil local que faz o controle social das ações da ASA. O poder público municipal também precisa estar envolvido neste momento de levantamento de informações.

- **Capacitação:**

São realizadas oficinas e reuniões com diferentes públicos. Os objetivos destes momentos vão desde o planejamento, monitoramento e avaliação do projeto, até capacitações para debater princípios e estratégias de educação contextualizada. Também estão previstas capacitações sobre a gestão das cisternas e dos recursos hídricos - GRHE.

- **Encontros:**

São realizados encontros em diversas esferas – local, territorial e microrregional – com o objetivo de envolver os sujeitos que devem protagonizar a ação, incluindo os pais e a comunidade local, para que compreendam o objetivo do projeto e como ele será colocado em prática, estimulando o envolvimento da comunidade aos preceitos da convivência com o Semiárido.

Abaixo, apresentamos as principais ações/atividades realizadas em 2017, por meio do projeto de cisternas nas Escolas, a partir da Linha de Convivência com o Semiárido:

<b>LINHA 1 – CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO</b>			
<b>AÇÕES/ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS EM 2017</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>ÁREA DE ABRANGÊNCIA</b>	<b>Nº DE ESCOLAS/ALUNOS ATENDIDOS EM 2017</b>
<b>Implementação de 49 cisternas de 59 mil litros, para armazenamento de água para consumo humano em Escolas Rurais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas para seleção e cadastro das escolas</li> <li>• 49 encontros locais</li> <li>• 01 Capacitação de comissão municipal</li> <li>• 01 capacitação de cisterneiro/as</li> <li>• 06 Oficinas de Gestão de Recursos Hídricos nas Escolas - GRHE</li> <li>• 18 Oficinas de Educação Contextualizada para professores/alunos/funcionários</li> </ul>	<p>Garantir às crianças o direito à água de qualidade e, conseqüentemente, aumentar a frequência escolar e o desempenho dos/as alunos/as;</p> <p>Desconstruir o modelo das políticas tradicionais, a partir de uma política de distribuição e partilha da água e do conhecimento, tecendo uma outra história do Semiárido, a história da inclusão.</p>	<p>Municípios de:</p> <p>Coronel Ezequiel (6 escolas)</p> <p>Lajes Pintadas (8 escolas)</p> <p>Monte das Gameleiras (6 escolas)</p> <p>Passa e Fica (8 escolas)</p> <p>São José Campestre (5 escolas)</p> <p>Serra Caiada (9 escolas)</p> <p>Serra de São Bento (2 escolas)</p> <p>Tangará (5 escolas)</p>	<p>49 Escolas Rurais em 42 comunidades rurais</p> <p>2.779 alunos da zona rural</p> <p>187 professores capacitados</p>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO VIGÊNCIA</b>	<b>Contrato Nº 047/17 - SEAPAC/AP1MC – MDS</b> <b>Vigência:</b> 16/05/17 a 31/01/18		
<b>VALOR CONTRATADO:</b>	R\$ 659.832,04		
<b>VALOR EXECUTADO EM 2017:</b>	R\$ 486.989,75		



### 3. PÚBLICO ALVO:

O público preferencial do Seapac são agricultores familiares; Redes de organizações da sociedade civil (Fóruns, Conselhos, Comitês); movimentos populares e Associações rurais, abrangidos pela LOAS e em consonância com as Orientações da Norma Técnica nº 03/2017/DRSP/SNAS/MDS.

### 4. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO NO ANO DE 2017:

O Seapac possui uma atuação preponderantemente na zona rural, abrangendo também as áreas urbanas de municípios do Estado do RN. Seu público alvo é composto, prioritariamente, por agricultores familiares; além de Redes de Organizações da Sociedade Civil (Fóruns, Associações, Conselhos); Grupos; Movimentos Populares e Famílias/Pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sua ação é de assessoramento e defesa de direitos, no âmbito da Assistência Social, em acordo à Lei 8.742/93 – art. 3º §§ 2º e 3º e à Resolução do CNAS nº 27 de 19/09/11, realizada por meio da prestação de serviços de assistência social e técnica, assessoramento sociojurídico, capacitação, mobilização, articulação e organização comunitária, visando à promoção da cidadania, ao enfrentamento das desigualdades sociais, à redução da pobreza e à dignidade humana; mantendo uma relação proativa com os Conselhos, equipamentos sociais (CRAS/CREAS) e órgãos gestores de políticas públicas.

Pela tipificação de sua ação assistencial, o Seapac não possui uma capacidade de atendimento fixa. Embora seja orientada por um planejamento de ações e atividades contínuas, com públicos definidos, existem demandas que surgem além do planejado, advindas de projetos e do próprio público da assistência social, as quais passam a ser desenvolvidas pelo Seapac, desde que estejam alinhadas à sua missão e finalidades, ao planejamento institucional e ao perfil do seu público alvo.

No entanto, existe um parâmetro para medir a capacidade de atendimento do Seapac por meio do seu planejamento trienal – 2016/2018 – o qual define a quantidade de Grupos/famílias a serem acompanhados, a localização e as ações a serem desenvolvidas com eles e para eles; podendo ser ampliada, além do planejado, dependendo das demandas anuais.

Assim, apresentamos abaixo o resultado quantitativo GERAL dos Grupos/Famílias e pessoas atendidas em 2017, pelo Seapac, em suas áreas de atuação e por Linhas de ação:

**QUADRO GERAL DE ATENDIMENTOS EM 2017**

GRUPOS/FAMÍLIAS/PESSOAS	ATENDIDOS DIRETAMENTE	LOCALIZAÇÃO	LINHA DE AÇÃO
Famílias Rurais	362 famílias	Jucurutu, Santana do Seridó e Tenente Laurentino Cruz, Encanto, São Miguel, Patu, Messias Targino, Lajes Pintadas, Campo Redondo, Caicó, Cerro Corá, Lagoa Nova, Tenente Laurentino Cruz e São João do Sabugi	

<b>Comunidades Rurais/Escolas Rurais/Professores/Alunos</b>	46 comunidades 187 professores 2.779 alunos	Tangará, Lajes Pintadas, Coronel Ezequiel, São José do Campestre, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra Caiada, Serra de São Bento	Convivência com o Semiárido
<b>Fóruns Municipais de Associações Rurais</b>	12 Fóruns – abrangendo aproximadamente 128 Associações	Lajes Pintadas, Campo Redondo, Jaçanã, Santa Cruz, Encanto, São Miguel, Patu, Messias Targino, Lagoa Nova, Cerro Corá, Caicó e Tenente Laurentino	Fortalecimento de Fóruns e Organizações da Sociedade Civil
<b>Movimento dos atingidos pela Obra da Barragem Oiticica</b>	Diretamente 5 pessoas da Comissão – representando aproximadamente 1000 famílias	Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas	Intervenção Direta em políticas públicas e Defesa de direitos
<b>Famílias/Pessoas em situação de vulnerabilidade social</b>	17 famílias	Caicó, Lagoa Nova, Currais Novos	
<b>Associações Rurais</b>	04	Caicó, Lajes Pintadas e Campo Redondo	

#### 5. DIA/HORÁRIO/PERIODICIDADE:

A atuação do Seapac se dá de forma continuada, gratuita, planejada e de acordo com o cronograma de atividades planejada a cada triênio. Anualmente é realizada uma avaliação e um novo replanejamento, de acordo com as necessidades de ajustes e de outras demandas que surgem em consequência das ações desenvolvidas.

A carga horária do corpo técnico do Seapac é de 44 horas semanais, laborando 8 horas por dia, das 8 às 12h e das 14 às 18h. O trabalho de campo, de assessoria e defesa de direitos sociais aos grupos eleitos no seu planejamento, acontece de forma sistemática, diariamente, dependendo da necessidade e amadurecimento de cada grupo beneficiário. Semanalmente a equipe constrói uma agenda de trabalho, a partir do planejamento anual, observando as necessidades prioritárias dos grupos. O tempo disponível para cada grupo varia de acordo com o tipo de atividade planejada e a duração da programação.

#### 6. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL:

O Seapac dispõe de 04 escritórios, sendo 01 em Natal (Sede), 01 em Santa Cruz, 01 em Pau dos Ferros e 01 em Caicó. Todos com quadro de técnicos qualificados e com infraestrutura suficiente para a realização do trabalho interno e externo, conforme descrição abaixo:

ESCRITÓRIOS	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
Estadual (sede)	Rua da Conceição, 615 – 1º andar - Cidade Alta CEP: 59.025-270 - Natal-RN - Brasil Telefone: (84) 3211-4491 E-mail: <a href="mailto:seapac.estadual@seapac.com.br">seapac.estadual@seapac.com.br</a> Site: <a href="http://www.seapac.org.br">www.seapac.org.br</a>	01 linha telefônica fixa Internet 02 computadores de mesa 05 Notebooks 03 projetores multimídia 03 impressoras 05 telefones móveis Móveis de escritório (armários, birôs, mesas e cadeiras)
Núcleo Trairi	Rua Cosme Ferreira Marques, nº 188 – Centro – Santa Cruz-RN – CEP: 59200-000 Telefone celular: (84) 99999-9748 E-mail: <a href="mailto:seapac.trairi@seapac.org.br">seapac.trairi@seapac.org.br</a>	01 carro 01 telefone móvel Internet 02 notebooks 01 projetor multimídia 02 impressoras 01 máquina fotográfica Móveis de escritório (armários, birôs, mesas e cadeiras)
Núcleo Oeste	Rua 15 de Novembro, 99, 1º Andar, Centro - Pau dos Ferros-RN - CEP: 59900- 000 Telefone celular: (84) 99999-9659 E-mail: <a href="mailto:seapac.oeste@seapac.org.br">seapac.oeste@seapac.org.br</a>	01 carro Internet 02 notebooks 01 projetor multimídia 01 telefone móvel 01 máquina fotográfica 01 impressora Móveis de escritório (armários, birôs, mesas e cadeiras).
Núcleo Seridó	Rua Dom Manoel Tavares, 19 – Bairro Paraíba – Caicó-RN – CEP: 59300-000. Telefones: (84) 3421-2125 / E-mail: <a href="mailto:seapac.serido@seapac.org.br">seapac.serido@seapac.org.br</a>	07 carros Linha telefônica fixa Internet 03 computadores de mesa 05 Notebooks 06 telefones móveis 13 máquinas fotográficas 06 projetores multimídia 08 GPS 04 impressoras 05 Tablets Móveis de escritório (armários, birôs, mesas e cadeiras).

## 7. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

O Seapac conta com uma equipe multidisciplinar e permanente, constituída por profissionais de nível superior e médio, qualificados e com experiência em suas áreas de atuação. Estes possuem uma atuação permanente e continuada, na entidade, cumprindo entre 40 e 20 horas semanais de trabalho. Em 2017 contamos, ainda, com 04 estagiários – sendo 03 de nível técnico e 01 graduanda do curso de Comunicação Social, conforme o quadro abaixo:

EQUIPE PERMANENTE			
Profissão	Quantidade	Carga Horária	Vínculo com a Entidade
Engenheiros Agrônomos	05	40h	Celetista (com carteira assinada)
Economista	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Assistente social	02	40h	Celetista (com carteira assinada)
Advogada	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Advogado	01	20h	Celetista (com carteira assinada)
Contabilista	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Jornalista	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Licenciatura em Letras	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Bacharel em Relações Internacionais	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Administradora	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Geógrafo	01	40h	Celetista (com carteira assinada)
Nível Médio	06	40h	Celetista (com carteira assinada)
ESTAGIÁRIOS			
Graduanda de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	01	20h	Estagiária (bolsista curricular)
Alunos do Curso Técnico em Agroecologia	03	30h	Estagiários (bolsistas)

Em 2017 tivemos a colaboração de 08 profissionais, de áreas de conhecimento diversificados, que prestaram serviço ao Seapac, desenvolvendo ações pontuais e complementares, como: capacitação dos beneficiários das tecnologias sociais – cisternas nas escolas e cisternas para consumo humano, conforme descrito no quadro do item 2.

PRESTADORES DE SERVIÇOS - AUTÔNOMOS				
PROFISSÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	VÍNCULO COM A ENTIDADE	FUNÇÃO
Engenheira Agrônoma	01	Hora/trabalho	-	Instrutora de Cursos
Assistente social	01	Hora/trabalho	-	Instrutora de Cursos
Administradora	01	Hora/trabalho	-	Instrutora de Cursos
Assistente social	02	Hora/trabalho	-	Instrutores de Cursos
Historiadora	01	Hora/trabalho	-	Instrutores de Cursos
Nível Médio	01	Hora/trabalho	-	Instrutores de Cursos
Nível médio	01	Hora/trabalho	-	Instrutores de Cursos de cisterneiros

\* A carga horária dos prestadores de serviços é determinada de acordo com a demanda.

## 8. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:

A atuação do Seapac, atualmente, é predominantemente no estado do RN, (ver municípios na planilha acima – item 2), contudo, sua área abrangência poderá se estender a todo território brasileiro (conf. Estatuto - Cap. I, art. 2º). Em 2017 atuamos em 23 municípios do RN (Caicó, São João do Sabugi, Santana do Seridó, Lagoa Nova, Cerro Corá, Tenente Laurentino Cruz, Currais Novos, Jucurutu (NO TERRITÓRIO SERIDÓ); Encanto, São Miguel, Messias Targino e Patu (TERRITÓRIO ALTO-OESTE); Lajes Pintadas, Campo Redondo, Tangará, Serra Caiada, Jaçanã, Serra de São Bento, São José do Campestre, Monte das Gameleiras, Coronel Ezequiel, Passa e Fica, Santa Cruz (TERRITÓRIO DO TRAIRI).

## Alguns aspectos do contexto do Território do Estado do RN

O Estado do Rio Grande do Norte (RN) circunscreve-se no Nordeste do Brasil, compondo uma das 27 unidades federativas do país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), o RN abrange uma área total de 52. 811,126 km<sup>2</sup>, possui 3.168.027 habitantes, distribuídos em 167 municípios. Ocupa a 18ª posição no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Seu Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) em 2014 foi de 0,744.

Segundo dados do IBGE (Censo 2010), cerca de 1 milhão de pessoas vive em condições de pobreza; destas, 405 mil vivem em situação de extrema pobreza: trata-se de 12,8% da população potiguar. Essa concentração é mais evidente na zona rural, onde reside ¼ da população, com acesso limitado à infraestrutura e a serviços básicos.

As estatísticas revelam que 53% da população em extrema pobreza residem na área urbana e 47% na área rural. Dos municípios potiguares, 16% têm metade dos habitantes em situação de extrema pobreza; 25% dessas pessoas moram na região metropolitana de Natal. Dentre os municípios do RN, 134 (80%) apresentam uma proporção de pessoas extremamente pobres - em 32 municípios - mais de 70% da população extremamente pobre encontram-se na área rural; nesse mesmo espaço, 77% dos domicílios não tem ligação com a rede geral de distribuição de água nem possuem poços ou nascentes na propriedade.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o RN possui cerca de 335.694 famílias cadastradas no Cadastro Único, com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00, o que representa um dado expressivo de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Estado necessitando da Política de Assistência Social, isto é, dos programas, projetos, serviços e benefícios ofertados.

Com base nos dados MDSA, o RN possui ativados 218 Centros de Referência de Assistência Social (Cras), 56 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas); 2 Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP); 1 Centro Dia; 1 Residência Inclusiva; 20 unidades de acolhimento institucional para criança e adolescente, e vários núcleos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)(BRASIL, 2015).

Atualmente a população com baixa renda dispõe de políticas de transferência pública, como aposentadorias, pensões e programas sociais: Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF). Todos os 167 municípios do RN são contemplados com o Programa Bolsa Família, beneficiando 341 mil famílias, correspondendo a uma cobertura de atendimento em 106,89%, com investimento mensal de aproximadamente R\$ 38 milhões na economia do Estado potiguar. Cerca de 38% da população do Estado são beneficiadas pelo referido Programa e possuem uma renda média per capita mensal de R\$ 70,16.

Por sua vez, o Programa de Erradicação Infantil (PETI), que também compõe o SUAS, atende a 35.822 crianças e adolescentes, no Estado, protegendo-as contra as formas de exploração do trabalho e contribuindo para seu desenvolvimento integral.

Outras iniciativas de grandes impactos, no RN, são o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ambos do Governo Federal. “A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) investiu, em 2017, R\$ 2,95 milhões no apoio a agricultores familiares do Rio Grande do Norte, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS). Foram assinados vinte três contratos com 441 agricultores vinculados a associações e cooperativas, para o fornecimento de mais de 670 toneladas de produtos como hortaliças, legumes, bolos, polpas de frutas, a serem doados a entidades socioassistenciais no estado”. (Notícias Agrícolas – 10/01/18).

## 9. RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

---

A ação do Seapac, articulada com outras forças sociais, desencadeou resultados relevantes para o fortalecimento da agricultura familiar, de organizações e grupos sociais, por meio de formação e assessoria técnica e política, qualificada e planejada; defesa de direitos sociais difusos e incidência na proposição e controle social das políticas públicas, destacados a seguir:

a) **Garantia do direito à água para consumo humano** para famílias agricultoras rurais. Essa ação está fundamentada num conjunto de atividades que perpassa a mobilização social, a formação e a construção de cisternas domiciliares para captação de água de chuva para consumo humano. Busca, também, fortalecer e estimular a expressão criativa dos atores sociais para que percebam com realismo os seus problemas e possam ampliar sua inserção nos processos de construção de políticas públicas, bem como na gestão, fiscalização e acompanhamento dessas políticas. Desse conjunto de ações, destacamos como resultados, em 2017:

- 295 famílias com acesso a uma cisterna de 16 mil litros para captação de água para consumo humano, o que significa o armazenamento de 4.720 mil litros de água de qualidade ao redor de suas residências, seja captados da chuva ou do abastecimento pelos carros-pipa. A chegada dessas cisternas ampliou a quantidade de reservatórios hídricos na zona rural, constituindo-se assim uma ferramenta importante de adaptação aos efeitos da estiagem vivenciada nos últimos 6 anos. As cisternas estão localizadas em 32 comunidades de 3 (três) municípios do Seridó: Jucurutu, Santana do Seridó e Tenente Laurentino Cruz;
- O processo de formação envolvendo essas famílias beneficiadas pelas cisternas, levaram-nas à consciência da importância do uso sustentável da água no período de escassez hídrica, bem como sobre o seu tratamento adequado. Esse cuidado tem evitado determinadas doenças



provindas do uso de água contaminada, gerando novas perspectivas na qualidade de vida das famílias;

- 49 escolas rurais com cisternas de 52 mil litros implementadas, facilitando a captação e armazenamento de água, possibilitando a melhoria na qualidade da água fornecida e garantindo a frequência escolar do alunado, que não precisa mais voltar para suas casas por falta de água. Foram contemplados 08 municípios na região do Trairi, beneficiando 2.779 alunos;
- 955 pessoas, envolvendo professores, merendeiras, gestores escolares, merendeiras, alunos, pais e lideranças comunitárias, mobilizadas, sensibilizadas em torno da discussão acerca do direito à água, bem como da proposta de educação contextualizada nas escolas rurais, como pedagogia fundamental e estratégica para transformar e aproximar escola e comunidade;
- 137 pessoas, envolvendo pais, merendeiras, auxiliar de serviços gerais e vigias/porteiros, capacitados para a correta gestão da água captada e armazenada nas cisternas das escolas, cientes de seu adequado tratamento e finalidade, bem como da importância da educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, garantindo uma alimentação saudável às crianças;
- 187 pessoas (entre professores, alunos, funcionários das escolas e poder público municipal), com um novo olhar para a educação no campo, a partir das oficinas de educação contextualizada, permitindo-se reconstruir a imagem do campo como um lugar de vida, resistência e possibilidades como prática pedagógica que dialoga com a realidade, aproximando o alunado do contexto em que vivem.

**b) Assessoria política, técnica, administrativa e financeira a movimentos sociais, organizações, grupos populares e de usuários; e Formação político-cidadã de grupos populares.** O Seapac entende que o fortalecimento das organizações sociais de base propiciará maior dinamismo e sinergia com outras iniciativas de desenvolvimento local, como também contribuirá para melhoria do controle social, no que se refere à gestão dos recursos públicos, protagonizado pelos seus destinatários. Assim, a assessoria prestada pelo Seapac proporcionou os seguintes resultados:

- 2 (dois) Fóruns (Lagoa Nova e Messias Targino) em situação avançada de desenvolvimento, com boa capacidade de mobilização, articulação, e reunindo-se com autonomia, com dinâmica e pauta próprias e regular. O de Lagoa Nova está com participação de 43% de jovens e mulheres e 70% das associações que o compõem. Porém, ainda necessita de apoio do Seapac para fortalecer a capacidade de incidência política e o enfrentamento de conflitos ou negociações com o poder público;
- 4 (quatro) Fóruns municipais (de Cerro Corá, Tenente Laurentino, São Miguel e Encanto) em desenvolvimento, com perspectivas de avanços mais consistentes, diante do grau de

envolvimento, interesse, regularidade e participação das associações nas suas atividades, que vêm demonstrando. Nestes fóruns, o Seapac continua acompanhando e assessorando suas ações de forma mais permanente;

- Participação efetiva de mais de 50% das associações nas reuniões ordinárias e extraordinárias dos Fóruns municipais de Tenente Laurentino Cruz e Cerro Corá;
- Atuação dos Fóruns servindo de referência para outros municípios, inclusive fomentando o interesse de criação de fóruns em outros municípios;
- A expressiva atuação do Fórum de associações de Lagoa Nova despertou interesse de representantes da empresa de energia eólica Dialog/Gestamp que sinalizou positivamente para o financiamento de projeto para o fortalecimento das atividades do Fórum. Foi elaborada uma proposta de projeto para formação/capacitação das lideranças e associações, o qual está em fase de negociação com a empresa;
- 10 associações do município de Cerro Corá com autodiagnóstico realizado, mediado pelo Fórum, com assessoria do SEAPAC, as quais passaram a participar mais efetivamente das reuniões;
- Retomada do processo de articulação das associações, em rede, e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio dos Fóruns, fortalecendo os vínculos, fomentando o debate e deliberações de forma coletiva, em torno de objetivos comuns;
- Incidência do Fórum de Lajes Pintadas no monitoramento das associações rurais, para garantir a regularização dos seus Estatutos Sociais, tendo em vista o acesso às políticas públicas e benefícios municipais;
- Mobilização e articulação do Fórum do Campo de Caicó para organização e criação da associação da feira da diversidade do Seridó. A associação está criada, com participação de 63 mulheres associadas, facilitando os trâmites finais para implantação e funcionamento da feira de mulheres agriculturas do município de Caicó;
- Envolvimento do Fórum de São Miguel na sensibilização das associações para participação efetiva nas atividades do fórum. Hoje, existem 15 associações sensibilizadas e articuladas, motivadas a participarem e construir novas estratégias de desenvolvimento local sustentável, por meio da incidência no fórum de associações;
- Fóruns de São Miguel e Encanto promovendo formação – palestras, oficinas – em parceria com organizações locais, com temáticas voltadas a práticas de convivência sustentável com o meio ambiente. Hoje já é possível perceber a intervenção de Lideranças sensibilizadas para o desenvolvimento comunitário, possibilitando maior reflexão sobre agroecologia, o combate



ao uso do agrotóxico, uso de defensivos naturais e convivência harmônica com o semiárido e suas peculiaridades.

- Acesso e implantação de 11 projetos de abastecimento d'água envolvendo diversas comunidades rurais de Patu e Messias Targino (iniciados em 2014), com investimento diretamente gerenciado pelos agricultores familiares;
- Conquista e ampliação do número de cisternas do P1MC e P1+2 no município de Patu; e difusão de informações sobre políticas públicas e as formas de acessá-las;
- Conquista de 200 vagas para os agricultores acessarem os benefícios do PRONAF;
- Incorporação de demandas das comunidades rurais aos planos municipais, para o ano de 2017;
- Acesso e controle da emissão das declarações de aptidão do programa nacional de desenvolvimento da agricultura familiar (DAP), evitando-se possíveis fraudes e desrespeito dos critérios para obtenção do documento pelos agricultores. Esse documento é a identificação do agricultor familiar para facilitar o acesso deles aos programas de governo (PAA/PNAE...);
- Monitoramento do programa Garantia Safra, para garantir a continuidade do Programa nos municípios e que as pessoas selecionadas estejam realmente dentro dos critérios do programa e acessem seus benefícios;
- Implementação de poços de abastecimento d'água, pela prefeitura, em comunidades rurais de Santa Cruz, inclusive nos locais propostos pelo Fórum municipal de associações;
- Incidência política do Fórum de Jaçanã na organização e composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Fruto dessa consciência cidadã e social, os membros do fórum elaboraram uma carta de reivindicações das comunidades, a qual foi apresentada e entregue à nova gestão municipal.

As práticas de reivindicações vêm aumentando gradativamente, como também as conquistas efetivadas em âmbito municipal, em decorrência da qualificação da capacidade de incidência dos Fóruns. Dentre as proposições apresentadas e acessadas, destacamos:

- Apresentação de proposta à prefeitura municipal de Encanto para criação de uma casa de sementes comunitária. A casa de sementes foi implantada na comunidade Conceição e está em curso os processos internos para sua funcionalidade;

- Reivindicação e conquista de 60 poços tubulares em comunidades rurais de 6 municípios da Serra de Santana, que estavam em colapso hídrico. Esses equipamentos hídricos foram disponibilizados pelo governo do Estado do RN e foram alocados nas áreas indicadas pelos fóruns de associações, considerando as prioridades das comunidades rurais;
- Implantação de um chafariz (do Programa Água para Todos) na comunidade Patrício – município de Tenente Laurentino Cruz – fruto da luta e reivindicação da comunidade e do Fórum de associações;
- Retomada do abastecimento de água em 7 (sete) municípios da Serra de Santana, atendendo a 164 comunidades rurais e aproximadamente 22 mil pessoas. Essa conquista é decorrente da mobilização dos 03 fóruns de associações (Cerro Corá, Lagoa Nova e Tenente Laurentino) que pautaram, coletivamente, junto ao governo municipal e estadual, a problemática e as necessidades das comunidades, sendo atendidos com a reativação do Sistema Adutor Serra de Santana, levando água, com regularidade, para as localidades rurais;
- Participação e proposições dos fóruns nas discussões com os gestores municipais acerca das estratégias de implantação dos programas para a agricultura familiar: Corte de Terra, Garantia Safra, Pronaf, entre outros, visando assegurar a contrapartida das Prefeituras para facilitar o acesso dos agricultores a essas políticas públicas e garantir o cumprimento das regras dos programas;
- Encaminhamento de proposta à Câmara Municipal e ao poder executivo de São Miguel solicitando a isenção de impostos (ISS) e emissão de alvará para o funcionamento das associações rurais. Esse pleito foi protagonizado pelo Fórum de associações e encontra-se em análise pelo poder público;
- Apresentação e incorporação de demandas das comunidades rurais aos planos municipais, para o ano de 2018, pelos Fóruns de associações;
- Envolvimento e incidência dos Fóruns na mobilização e articulação com organizações da sociedade civil e governamentais para sanar o problema da praga na cultura da palma forrageira, no Trairi e Alto-Oeste. Com a organização e encaminhamento dos fóruns de São Miguel, Encanto, Lajes Pintadas, Jaçanã e Campo Redondo, o governo do Estado – via Emparn – disponibilizou 43 mil raquetes (sementes) de palma resistentes à praga de conchonilha, beneficiando 684 agricultores familiares de 06 municípios, evitando a perda total da produção e garantindo alimento para os animais, durante a seca.
- Garantia em 2016, 2017, 2018 do pagamento da contrapartida do Garantia Safra, assegurando o benefício social, favorecendo ao agricultor familiar o recebimento de um auxílio financeiro, por tempo determinado, caso perca sua safra em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico;

- Implementação de um programa de enfrentamento à estiagem no Município, com perfuração de poços tubulares para atender as demandas das comunidades rurais,
- Melhoria das estradas para as comunidades rurais, por reivindicação do fórum de associações;
- Promoção do acesso a conhecimento, meios, recursos e metodologias direcionadas ao aumento da participação social e ao fortalecimento do protagonismo dos usuários na reivindicação dos direitos de cidadania;
- Qualificação da intervenção e protagonismo dos sujeitos nos espaços de participação democrática, como conselhos, comissões locais, conferências, fóruns, audiências públicas, entre outros.

c) **Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e redes de empreendimentos para geração de renda, soberania e segurança alimentar.** Aqui o Seapac acompanha, capacita, monitora e assessora um grupo de famílias de agricultores familiares, estimulando o desenvolvimento social, humano e produtivo comunitário, contribuindo para o direito à soberania e segurança alimentar, o que resultou nos seguintes avanços:

- 67 Unidades Produtivas familiares identificadas, sensibilizadas e mapeadas, apresentando potencial e com práticas de produção agroecológica e diversidade de atividades em seus quintais, como: produção de hortaliças, frutas, palma, galinha caipira, ovos, entre outras, localizadas nos territórios do Trairi, Seridó e Oeste; envolvendo 7 (sete) municípios do Estado;
- 54 famílias com seus diagnósticos realizados e sistematizados, possibilitando a visibilidade de suas fragilidades e potencialidades, facilitando o planejamento de atividades e de acompanhamento a estas famílias, pela equipe técnica;
- Das 21 famílias identificadas e sensibilizadas no território Oeste, todas estão sensibilizadas para o processo de produção em transição agroecológica, aplicando em suas práticas princípios agroecológicos, sendo possível perceber mudanças de atitudes em muitas unidades familiares, como aproveitamento dos quintais, diversificação de seus sistemas de produção, implantação de culturas resistentes à seca, eliminação do uso dos agrotóxicos e uso dos defensivos naturais;
- Em 50% das famílias acompanhadas, observa-se mudanças de hábitos alimentares saudáveis, especialmente no aumento do consumo de verduras e frutas diversas, vindas da produção de alimentos em seus quintais produtivos;

- Das 67 famílias identificadas, mapeadas e acompanhadas, 50 estão produzindo para soberania e segurança alimentar (consumo próprio) e 14 ainda produzem tanto para consumo quanto para a comercialização, impactando a renda familiar, seja pela comercialização, seja por não precisar comprar seus produtos no mercado externo;
- 5 (cinco) famílias produzem e comercializam seus produtos (hortaliças: alface, coentro, couve, frutas) no mercado local (feiras, porta em porta). E uma delas está acessando/comercializando no mercado institucional, complementando a renda familiar; 9 (nove) famílias passaram a comercializar seus produtos em feira livre, na bodega agroecológica e na Rede Xique-Xique, em Messias Targino, incentivando também a diversificação de seus cultivos para agregar mais capacidade de comercialização nesses espaços, inclusive com possibilidade de agregar produtores de outros municípios;
- Em 4 (quatro) Unidades Familiares os jovens são os responsáveis pela produção de hortaliças, gerando renda para suas atividades. Em uma delas a renda auferida com a venda de produtos garante a manutenção de um jovem num curso técnico;
- Duas UPFs com ampliação de seus quintais produtivos, aumentando em mais de 100% em número de produtos em 2017, com foco prioritário para o consumo familiar (Jânio e Margarete - no município de Encanto);
- Protagonismo de mulheres no processo produtivo e na gestão da unidade produtiva familiar em 10 famílias acompanhadas, gerando um incremento da renda das mulheres e melhoria nas relações de gênero no convívio familiar;
- Três Unidades Produtivas familiares – UPFs - utilizando o reúso de águas cinzas – por meio de um sistema simplificado – possibilitando a ampliação de fruteiras e forragens para o rebanho, melhorando a renda e a soberania alimentar dessas famílias. Uma das Unidades Familiares inseriu a produção de “moringa” em seu quintal e, hoje, possui mais de 100 mudas, faz o processamento da planta e vende em redes de comercialização – bodega agroecológica e rede xique-xique – gerando uma renda extra de R\$ 500,00/mês;
- 5 (cinco) famílias – na comunidade Catolé – Trairi - recebendo formação contínua, com atividades de campo – teoria e prática - promovendo o intercâmbio de práticas, mudas e experiências entre as famílias e o aprendizado coletivo, além da troca de saberes científico e popular, apresentando maior sensibilidade para a produção em transição agroecológica, passando a adotar o aprendizado adquirido em seus processos produtivos, melhorando as práticas de manejo do solo, de controle das pragas com uso de defensivos naturais, aumentando a diversidade da produção e melhorando a qualidade de seus produtos;
- Maior integração entre as famílias produtoras (UPFs), por meio das práticas de intercâmbios entre as famílias de comunidades diferentes, gerando a reprodução de técnicas e práticas

produtivas, e de mudas nos quintais produtivos, criando hábitos de reuniões coletivas, de partilha de alimentos, de sementes, e de experiências exitosas entre eles, fortalecendo os laços de solidariedade e a capacidade de resistência às consequências da seca;

- Criação de 5 (cinco) bancos/casas de sementes crioulas, resgate da cultura de guarda de sementes nativas/tradicionais pelas UPFs – em que as famílias conservam e utilizam nos processos produtivos, como também fazem troca de sementes trocam entre si, aumentando e diversificando suas variedades;
- 5 (cinco) famílias sensibilizadas e capacitadas em práticas de apicultura, dominando o manejo correto da captura e criação de abelhas, da coleta do mel e do uso dos equipamentos necessários para a manutenção da atividade apícola, na comunidade Lagoa do Meio – Lajes Pintadas;
- Introdução e fortalecimento de culturas resistentes ao clima semiárido, como a palma forrageira, Leucena, Capim Mombaça, Moringa Oleífera, em parceria com a Emparn e Seapac. Foram beneficiadas 956 famílias rurais do Oeste e Trairi, as quais receberam 84 mil raquetes de palma para cultivo e alimentação do rebanho animal, sendo uma planta bastante resistente e apropriada para convivência com seca;
- 956 agricultores capacitados e conhecendo técnicas de cultivo da palma forrageira e do combate à praga de conchonilha, que vinha destruindo a produção de palma na região do Trairi e Oeste Potiguar;
- Adoção de práticas de produção de hortaliças orgânicas e cultivo consorciado com a palma forrageira, em produção ao redor de casa, fortalecendo o saber construído pelas experiências das próprias famílias;
- Diante da falta de espaço para comercialização, no município de São Miguel, o Fórum de associações se articulou com mais dois municípios próximos (Venha Ver e Coronel Ezequiel) e reativaram e adequaram a Central de Associações, criada em 1993, para servir de canal da agricultura familiar para tratar da comercialização da produção familiar; criação da feira de agricultura familiar – em São Miguel – e da certificação orgânica da produção dos agricultores dos três municípios. A perspectiva é fortalecer o associativismo, ampliar os espaços de comercialização e criar uma rede de produtores orgânicos, com certificação apropriada;
- Fortalecimento e autonomia dos sujeitos, grupos e comunidades por meio das redes de produção solidária regional/local e da utilização de tecnologias sociais inovadoras.

**d) Promoção e defesa de direitos** já estabelecidos e construção de novos direitos, através da incidência política e assessoria direta do Seapac, nos espaços de controle social, organizações sociais e movimentos populares. Neste contexto - que se configura particularmente desafiador no RN e, em

especial, na área de atuação do Seapac - o conjunto das organizações sociais tem se mobilizado e articulado para o controle social do Estado e de suas ações, bem como para garantir os direitos fundamentais das populações e povos das comunidades rurais e urbanas do Estado. Nesta perspectiva, o **Seapac** contribui diretamente no processo de mediação e controle das políticas públicas, favorecendo aos agricultores familiares e outros atores sociais, em situação de vulnerabilidade social, o acesso aos direitos fundamentais, respeitando sua cultura, suas necessidades, forma de produção e o direito à permanência na terra. Dessa intervenção, apresentam-se como resultados:

➤ **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA PIANCÓ/PIRANHAS/AÇU – SEAPAC NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE DO COMITÊ:**

- Conclusão e Aprovação do Plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica em plenárias, envolvendo diferentes segmentos da sociedade;
- Execução do plano: elaboração do projeto básico de segurança hídrica do Seridó, para atender 23 cidades do Seridó e uma população de 300 mil pessoas, no custo de 6,5 milhões de reais. Lançamento do edital de 401 mil reais para elaboração de 04 projetos de reúso de água em 04 municípios da bacia; contratação de uma empresa para cadastramento com georrefenciamento de todos os irrigantes da bacia;
- Realização de processo de capacitação e sensibilização com: Capacitação de usuários de Água para fazer reúso e utilização na produção de alimentos animais; Capacitação de irrigantes para o uso eficiente da água e modernização dos equipamentos; sensibilização da Universidade para dirigir pesquisas em gestão de água e gestão ambiental na bacia para melhorar as nascentes dos rios, recuperação de matas ciliares e revitalização dos corpos hídricos;
- A partir do conflito da água foi feita mediação de (20) de conflitos através de termos de alocação de água nos 10 principais reservatórios da bacia, estabelecendo regras de uso prioritário para o consumo humano, sendo suspenso todos os demais usos;
- Criação de 10 comissões (com reuniões mensais) de acompanhamento e monitoramento dos termos de alocação de água, sendo acompanhado pelo MP- Ministério Público, órgãos gestores federais, ANA – Agência Nacional de Águas e pelos usuários de água destes reservatórios;
- Consecução e liberação de recursos na ordem 401 mil reais da ANA para elaboração do projeto técnico e básico para implementação de 4 sistemas de reúso de águas cinzas – Serra Negra, São Fernando, Jucuru e Itaporanga/RN. Já foi lançado o edital para contratação da empresa para execução do projeto. Essa ideia de reúso de água está sendo assumida pelos gestores municipais, universidades, órgãos gestores nacionais e estaduais – a partir do plano de recursos hídricos da Bacia feito pelo Comitê – e todos estão entendendo que para fazer gestão de águas superficiais e subterrâneas é fundamental trabalhar com reúso e captação de águas de chuvas,

isso numa perspectiva de criticidade hídrica que tende a aumentar com os efeitos das mudanças climáticas;

- Funcionamento de adutoras – feitas de forma emergencial – com segurança e qualidade técnica – adutora da serra de Santana – para atender a 100 mil pessoas na região do Seridó;
  - Todas estas ações contribuíram para garantir água para o consumo humano durante o período de 2016-2018, mesmo com a crise hídrica, sendo beneficiada uma população de 800 mil pessoas da área da bacia hidrográfica;
  - Fruto da dinâmica – o Seapac recebeu um prêmio nacional da ANA pelo reconhecimento da dedicação e dinâmica dada ao Comitê – diante da seca de 6 anos a maior do NE em que os dados mostram que 90% dos reservatórios estão secos – 2.436 reservatórios acima de 5 milhões de metros cúbicos – os estudos acadêmicos mostram que se não fosse a gestão da bacia do comitê e parceiros, o colapso teria sido generalizado.
- **MOVIMENTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICICA – NA REGIÃO SERIDÓ/RN** – o Seapac presta assessoria direta ao movimento, na defesa dos direitos de mil famílias e na mediação das negociações, junto com o Movimento, diretamente com o governo do Estado e entes federais:

Em 2017 o movimento do/as atingido/as levantou novas demandas e apresentou uma pauta com mais 07 propostas, ao governo do Estado e Federal, com mediação e negociação assessoradas pelo Seapac. Destas, foram encaminhadas e implementadas:

- As indenizações rurais aumentaram de 12,7% para 98%, resultando que das 479 famílias aptas às indenizações rurais, apenas 06 faltam ser indenizadas, representando um aumento de investimento em indenizações rurais de 18 milhões para 28 milhões;
- 45% da nova comunidade Barra de Santana construída, representando um investimento de 12 milhões de reais;
- 90% de conclusão da obra do novo cemitério com investimento de cerca de 1 milhão de reais;
- Identificação de 03 propriedades para assentamento de 110 famílias e compromisso do Governo em liberar 12 milhões de reais para a efetivação das mesmas;
- Construção das 41 moradias para inquilinos em um Programa específico de moradia popular (Programa Social de Habitação Popular);
- Ampliação do Aditivo financeiro de 311 milhões para 550 milhões garantindo, assim, a conclusão de todo o complexo Barragem de Oiticica (obra física e social), até o final de 2019;



- Aumento da Construção da obra física da barragem de 39% em 2016, para 65% na atualidade;
  - Instalação de reuniões públicas com mediação da justiça – MP estadual e federal – com isso está havendo mais transparência e informações para o movimento sobre as ações praticadas e os recursos liberados; aumentou o controle social – o estado se obrigou a prestar contas de forma mais minuciosa, inclusive as empresas; Todos os acordos são circunstanciados em ata e assinadas por todos os participantes e os compromissos são acompanhados pela justiça, dando mais celeridade e transparência às obras e aos acordos firmados.
- **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CAICÓ –O SEAPAC ATUOU NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO,** fazendo fiscalização, proposição e aprovação de projetos e ações que visem à garantia dos direitos dos usuários e à melhoria da qualidade do serviço público. Resultados em 2017:
- Proposta de Retorno da Dominialidade do Terreno do Hospital Regional que estava sob o domínio de uma entidade privada (Clube Coríntias) para uma entidade pública. Houve o retorno da dominialidade do terreno do Hospital Regional do Seridó para o ente público, possibilitando o Investimento de 4,7 milhões para sua reestruturação, que gerou a instalação de 10 leitos de UTI geral; implantação de tomógrafo e autoclave, melhoria e ampliação das enfermarias, do centro cirúrgico, da lavanderia e da cozinha do Hospital;
  - Proposta de municipalização do Hospital do Seridó para ser referência de atendimento materno-infantil do município. O Hospital do Seridó foi municipalizado, eliminado o seu uso como moeda eleitoreira, possibilitando a melhoria do serviço materno-infantil, com equipe de profissionais completas e plantões sistemáticos, resultando em redução da mortalidade materno-infantil-fetal; e possibilitou ainda, a implantação do pronto atendimento de pediatria feita com classificação de risco, há muito já reivindicada pela população;
  - Incorporação no Plano Plurianual da saúde de diretrizes, objetivos, ações e metas para a implantação (até hoje inexistente) no município do serviço de atenção domiciliar – SAD, ou Programa Melhor em casa, que assiste a pessoas enfermas acamadas;
  - Incorporação no Plano Plurianual da saúde de diretrizes, objetivos, ações e metas que contemplam os usuários do SUS para o acesso a medicamentos de média e alta complexidade não só por via judicial, mais também através do SUS mediado.
- **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAICÓ** – atualmente o Seapac é membro efetivo do Conselho, atuando na fiscalização, proposição e aprovação de projetos e ações que visem à garantia dos direitos dos usuários e à melhoria da qualidade do serviço público. Resultados em 2017:



- Constituição de um **fórum de usuários do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)**, no município de Caicó, proposto e organizado pelo Seapac, em parceria com outras organizações, membros do Conselho municipal de Assistência Social. Este espaço visa ao fortalecimento, a mobilização e a participação dos usuários e seus representantes no âmbito da política de assistência social e, também, no controle social;
- Reativação de duas Comissões, dentro do Conselho de Assistência Social: Comissões temáticas de Política de Assistência Social, e de Acompanhamento, Fiscalização, Documentação e Cadastro – nas quais o Seapac está atuando diretamente, em conjunto com outras entidades-membro. Com essa ação, amplia-se o poder de fiscalização e controle da qualidade dos serviços de assistência social prestados à população. Essas comissões estavam desativadas e o Seapac propôs em Assembleia do Conselho a recomposição e assento nas referidas instâncias, as quais estão em pleno funcionamento;
- Proposta de inclusão na Lei Orçamentária Anual do Município de Caicó, a destinação de verba orçamentária para implantação de um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, na zona leste. O referido CRAS proporcionará a cobertura territorial da comunidade Palma e comunidades vizinhas, com a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

➤ **ATENDIMENTO SOCIOJURÍDICO A PESSOAS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL:** Das 17 famílias atendidas até o período 2017, pode-se destacar que **11 delas obtiveram acesso** a direitos fundamentais, principalmente nas políticas públicas de Saúde e Assistência Social; **03 Casos ainda estão em acompanhamento/andamento, conforme apresentado no quadro abaixo:**

Casos Atendidos em 2017	Tipo de direito	Assessoramento do Seapac	Procedimentos e Resultados
Visita, assessoria e acompanhamento a 01 agricultor  Currais Novos-RN	Acesso a benefício de auxílio doença	Agendamento de perícia junto ao INSS, encaminhamento de ofício ao CREAS – Currais Novos, solicitando acompanhamento a família; visita à Secretaria de Saúde p/ agilização de exames	Requerimento de Auxílio doença realizado junto ao INSS, porém negado pelo órgão; Petição para solicitação em vias judiciais sendo elaborada; (Caso em andamento)
Visitas, assessoria e acompanhamento a 01 agricultor  Lagoa Nova-RN	Benefício de auxílio doença negado	Agendamento de perícia, acompanhamento de PA ref. Ao benefício de auxílio doença e impetração de recurso ordinário junto ao INSS – Ag. Currais Novos. Solicitação de medicamentos de uso contínuo;	Requerimento de Auxílio doença realizado junto ao INSS, negado em primeira instância e recorrido em vias administrativas; Petição para solicitação em vias judiciais sendo elaborada; (Em andamento) Obteve parte das medicações solicitadas;

Casos Atendidos em 2017	Tipo de direito	Assessoramento do Seapac	Procedimentos e Resultados
Atendimento a idoso do bairro Frei Damião catador material reciclável em situação de extrema pobreza  Caicó-RN	Sem o NIS e sem acesso a benefícios assistenciais	Visitas, estudo social, acompanhamento para inscrição no cadastro único, inclusão no bolsa família, expedição de 2ª via da carteira de trabalho, agendamento e requerimento de BPC/LOAS junto ao INSS.	Foi cadastrado e passou a receber Bolsa Família; Obteve a concessão de BPC – idoso, recebendo um salário mínimo mensal, melhorou consideravelmente sua qualidade de vida. Passou a ter renda mensal.
Assessoria jurídica requerida para assistir jovem privado de Liberdade  Caicó-RN	preso provisório, sem julgamento	Levantamento e acompanhamento do processo no PJE e na Vara Criminal de Caicó; diálogos com defensoria Pública, Aldeias SOS; secretaria da vara criminal, elaboração de documentos para instrução do pedido de liberdade (estudo social, declarações de ocupação e conduta profissional, residência, etc.);	Concessão de Alvará de soltura até o julgamento – agosto de 2017. Sentença de absolvição em outubro de 2017; Satisfação pela liberdade conquistada por direito.
Atendimento a agricultor atingido pela construção da Barragem de Oiticica, que reside em casa alugada, alegando exclusão pelo Estado do RN de cadastro de inquilino para aquisição de casa pelo Programa de subsídio à habitação – PSH. Munic. Jucurutu-RN	Inclusão no cadastro de inquilinos para acesso ao programa de habitação - PSH	Orientado a apresentar documentos que comprovem sua condição de inquilino e agricultor residente na comunidade atingida pela obra da Barragem; solicitado estudo e parecer social feito pelo CRAS do município; elaboração e direcionamento de requerimento aos órgãos cabíveis - Processo administrativo (CONAB; Governo do Estado – SEMARH), solicitando sua reincorporação e aquisição de uma das casas do PSH.	Reincorporação do agricultor inquilino ao cadastro inicial de inquilinos para as casas do PSH; - Conquista de uma das casas; - o procedimento por ter gerado direito adquirido, impôs ao Estado do RN, a responsabilidade de construir mais uma casa para o inquilino.
Visita, assessoria e acompanhamento a jovem agricultor.  Lagoa Nova-RN	benefício por incapacidade e/ou BPC	Agendamento do pedido BPC, visita ao INSS e acompanhamento de Processo Administrativo, ref. ao BPC agência de Currais Novos	Concessão do Benefício – BPC, possibilitando melhoria financeira à família, no tratamento de saúde do jovem, melhorando sua qualidade de vida.
Atendimento a mulher catadora de material reciclável do Bairro Barra Nova, desempregada, com problemas graves de saúde, sem posse dos documentos civis, sem cadastro único e acesso a programas sociais.  Caicó-RN	Inclusão no Cadastro Único; acesso a documentos civis e aos programas sociais	Visitas e estudo social; encaminhamento e acompanhamento para retirada da 2ª via dos documentos; (RG, CPF, Título, Carteira de Trabalho); inclusão no cadastro único; requerimento do Bolsa família; requerimento de prontuário médico junto ao Hospital regional.	Obtenção da segunda via e posse dos documentos civis; Inclusão no cadastro único e concessão do bolsa família, já com retirada da primeira parcela em novembro de 2017.

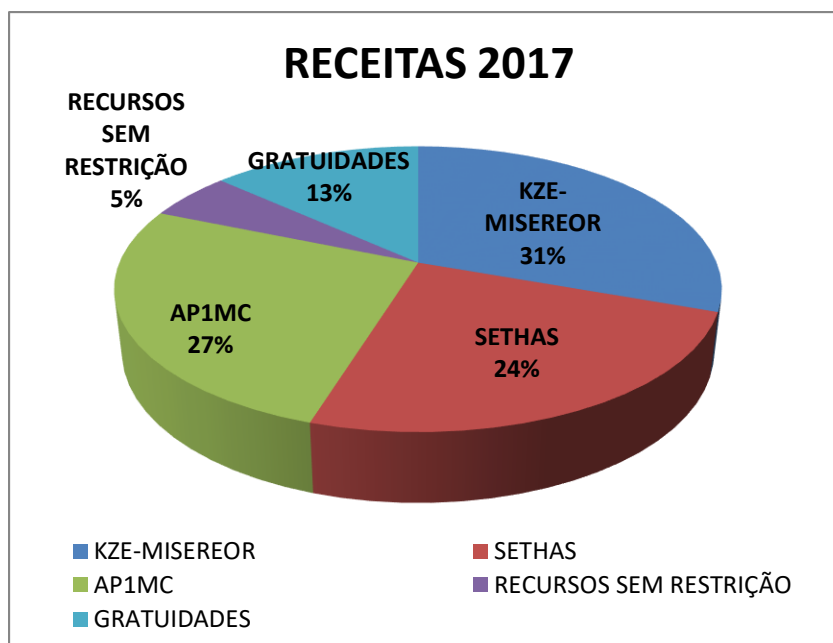
Casos Atendidos em 2017	Tipo de direito	Assessoramento do Seapac	Procedimentos e Resultados
Atendimento a adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social, na comunid. Frei Damião Caicó-RN	Inclusão no Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	Visitas, acompanhamento e orientações; Busca de informações sobre EJA para inclusão do adolescente; requerimento para inclusão dele em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos junto ao CRAS do município.	Vaga concedida em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS da zona oeste para adolescente.
Atendimento de família em situação de vulnerabilidade da comunidade Frei Damião Caicó-RN	Averiguação de direitos sociais, especialmente para as crianças/adolescentes	visitas, estudo social; encaminhamento para atualização do Cadastro único junto ao município; encaminhamento das crianças para inclusão no SFV- serviço de fortalecimento de vínculos junto ao CRAS;	Teve os dois filhos incluídos em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS zona Oeste.
Atendimento a idoso em situação de enfermidade e incapacidade de trabalho, na comunidade Barra Nova Caicó-RN	inclusão em benefício por incapacidade (BPC/auxílio doença), como segurado especial.	visita, estudo social, orientação para a obtenção de documentos q/ ateste a qualidade de segurado especial e a incapacidade laborativa (laudos médicos, declaração da colônia de pescadores, etc, e outros); agendamento e realização de perícia médica junto ao INSS.	Benefício por incapacidade (auxílio doença) como segurado especial efetivado na via administrativa, porém, não concedido pelo INSS.  Caso ainda sob acompanhamento sociojurídico
Atendimento a idoso de 64 anos, em situação de vulnerabilidade do Bairro Walfredo Gurgel Caicó-RN	necessitando de medicação controlada e cuidados	Visitas ao idoso e seus familiares, estudo social, encaminhamento p/ obtenção de tarifa social de energia elétrica e abrigamento em ILPI.	Obteve-se o abrigamento, mais o mesmo desistiu de morar na ILPI. Obteve-se o tarifa social de energia elétrica e obteve benefício eventual de cesta básica mensal. Idoso encaminhado para acompanhamento do CRAS de referência.

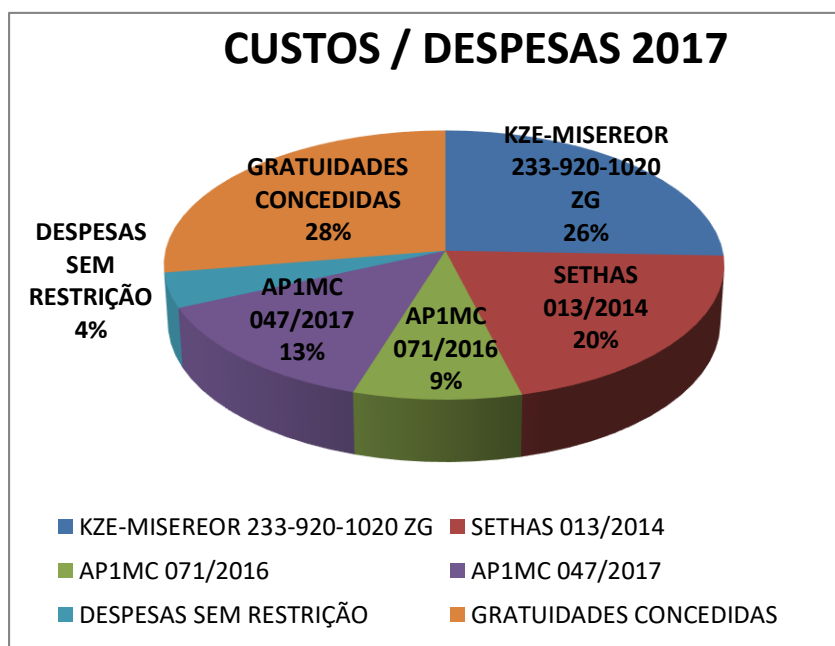
## 10. ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Os recursos financeiros captados pelo Seapac são oriundos de contratos e convênios, com órgãos públicos e privados, nacional e internacional. Os recursos são investidos em atividades com os beneficiários, custeio, pessoal e despesas administrativas, abrangendo os três núcleos (Caicó, Santa Cruz e Pau dos Ferros) e a coordenação estadual (Natal), conforme demonstrativo abaixo:

RECEITA OPERACIONAL	VALOR	%
KZE-MISEREOR	925.505,87	30%
SETHAS	740.363,91	24%
AP1MC	803.224,55	26%

RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	164.468,42	5%
GRATUIDADES	405.407,91	13%
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>3.038.970,66</b>	
<b>CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
KZE-MISEREOR 233-920-1020 ZG	925.505,87	26%
SETHAS 013/2014	740.363,91	20%
AP1MC 071/2016	316.234,80	9%
AP1MC 047/2017	486.989,75	13%
DESPESAS SEM RESTRIÇÃO	150.911,16	4%
GRATUIDADES CONCEDIDAS	997.891,89	28%
<b>TOTAL CUSTOS/DESPESAS</b>	<b>3.617.897,38</b>	
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>-578.926,72</b>	





#### 11. OS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS SÃO OFERECIDOS TOTALMENTE GRATUITOS AOS BENEFICIÁRIOS/USUÁRIOS? JUSTIFIQUE.

Sim, totalmente gratuita, continuada e planejada. Sendo uma Associação sem fins lucrativos, certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, o Seapac presta serviços e realiza ações sociassistenciais e de defesa e garantia de direitos sociais, para os usuários abrangidos pela Lei da Assistência Social – 8.742 de 7/12/93 e 12.868/13, sem discriminação de raça, cor, gênero, credo religioso ou político, profissão ou nacionalidade (**art. 5º do Estatuto Seapac**).

#### 12. FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS/USUÁRIOS:

Todo o processo de execução dos programas e projetos tem como princípio a metodologia participativa, para assegurar o envolvimento efetivo dos seus beneficiários, por meio dos seguintes mecanismos:

- Encontros municipais e microrregionais para apresentação da proposta de trabalho, metodologia, objetivos e recursos financeiros para execução de projetos e ações;
- Constituição de Comissões municipais, formada por lideranças locais, para planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações do programa de convivência com o semiárido;
- Reuniões microrregionais e municipais com participação dos beneficiários diretos e indiretos para mobilização, seleção e cadastramento de famílias beneficiadas;

- Encontros microrregionais para avaliação das ações realizadas por meio dos projetos de cisternas, envolvendo as famílias beneficiadas, as comissões municipais e poder público local;
- Realização de mapeamento e diagnósticos participativos das Unidades Produtivas familiares, para identificação das fragilidades e potencialidades das comunidades, para posterior construção do planejamento;
- Reuniões e Oficinas para monitoramento e avaliação das ações, programas e projetos, envolvendo os beneficiários diretos;
- Encontros microrregionais de avaliação das ações realizadas durante o ano e planejamento de atividades para o ano seguinte;
- Assembleia anual para prestação de contas das atividades físicas e financeiras, envolvendo parceiros, associados e beneficiários das ações realizadas pelo Seapac.

### 13. PARCERIAS:

---

Para a consecução de suas atividades, o Seapac constrói parcerias com órgãos da esfera pública federal, estadual e municipal, com entidades privadas nacionais e internacionais, por meio de contratos financeiros, técnico, político, científico e logístico para o fortalecimento e desenvolvimento de projetos e programas que beneficiem o público de suas ações, tais como:

- Rede ASA Brasil (AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas – BNDES, MDS, Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, BNB);
- Secretaria de Estado, Trabalho, Habitação e Assistência Social – SETHAS/RN
- Secretarias Municipais de Educação
- CRAS/CRES municipais
- Conselhos Municipais de Assistência Social
- KZE-Misereor – Alemanha
- Prefeituras
- Sebrae
- Emater
- Emparn
- Universidades públicas e privadas
- Sindicatos
- Igrejas
- Associações
- Ministério Público
- Defensoria Pública
- Meios de comunicação radiofônica - rádios



- Territórios da Cidadania
- Redes de organizações da sociedade civil (Fóruns, Conselhos);

Natal-RN, junho de 2018

**Jaime Vieira Rocha**  
Diretor-Presidente do Seapac  
CPF nº 041.213.504-30

**Saywky Sam de Medeiros**  
Assistente Social do Seapac  
CRESS-RN: 3550

# ANEXOS



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
<b>AP1MC</b>	Associação Programa Um Milhão de Cisternas
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CRES</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>SEAPAC</b>	Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários
<b>MDS</b>	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico
<b>GAPA</b>	Gestão de Água para Produção de Alimentos
<b>SSMA</b>	Manejo de Sistema Simplificado de Água para a Produção
<b>GRH</b>	Gerenciamento de Recursos Hídricos
<b>GRHE</b>	Gerenciamento de Recursos Hídricos nas Escolas
<b>ASA Brasil</b>	Articulação do Semiárido Brasileiro
<b>ASA Potiguar</b>	Articulação do Semiárido Potiguar
<b>SETHAS</b>	Secretaria de Estado, Trabalho, Habitação e Assistência Social
<b>RN</b>	Rio Grande do Norte